



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ASSINATURA DE DECRETOS QUE INICIAM A REFORMA ADMINISTRATIVA

Palácio do Planalto
3 de setembro

Execução da reforma administrativa que visa racionalizar e modernizar o serviço público, tornando-o mais ágil, eficiente, econômico e capaz de funcionar independente das mudanças de governo.

3 de setembro — O Presidente José Sarney anuncia os primeiros oito decretos que comporão a série de medidas que o Governo adotará para executar a reforma administrativa.

Estamos hoje iniciando a reforma administrativa. Este é mais um passo importante no processo de reordenamento e modernização do Estado brasileiro. Os decretos, que acabo de assinar, estabelecem as diretrizes há muito reclamadas.

Num país como o nosso, em que a miséria ainda convive com o crescimento e a riqueza, impõe-se, em primeiro lugar e acima de tudo, reconhecer que o Estado não faria sentido se não se voltasse para os mais pobres, para aqueles que têm menos poder, para as atividades sociais. A ação do Estado consiste em arrecadar receita gerada por quem tem mais recursos e empregá-la em benefício da coletividade.

Cabe ao Estado voltar-se para as atividades básicas de regulação ou execução, com vistas à satisfação de necessidades sociais e ao equilíbrio econômico.

O Estado não tem por que se substituir à iniciativa privada. Sua função é apenas cuidar para que esta esteja adequada ao interesse coletivo, ao interesse social. Resposta aos anseios da maioria dos brasileiros.

Só em situações excepcionais, para suprir lacunas, e em setores específicos, o Estado deve exercer a função empreendedora, atuando diretamente como produtor. Mas o Estado deve sempre transferir à iniciativa privada tarefas que não lhe são inerentes.

O Estado deve, além disso, responsabilizar-se por serviços de infra-estrutura econômica e social, indispensáveis ao bom andamento até mesmo das atividades privadas.

As medidas que hoje adotamos visam a reforçar a administração. Modernizando-a. Tornando-a mais ágil. Mais eficaz. Desinchando-a, para que ela não se estenda desnecessariamente.

Estamos racionalizando o serviço público. Com isso também racionalizamos os gastos. O mais importante é a atitude nova que pretendemos imprimir. Não vamos permitir que um centavo de dinheiro do povo seja gasto inutilmente.

Num país em que a população cresce em mais de dois milhões e meio de pessoas por ano, seria inexplicável que o tamanho do serviço público diminuísse com o tempo. Mas se não o deixarmos crescer, o que é nossa intenção ao mantermos o congelamento das contratações, e se melhor distribuírmos os funcionários, concentrando-os naquelas atividades em que o Estado pode e deve realmente servir à coletividade, estaremos eliminando ociosidades, aumentando a eficácia e a produtividade do serviço público. A prioridade é prestar serviços à sociedade na razão que ela merece. Combater a ferrugem da máquina administrativa brasileira.

Fazer política não é tratar de nomeações e contratações. Não é apadrinhar. A reforma administrativa veio para que o Governo possa melhor cumprir sua função. Veio

para valorizar o servidor; a acabar, de uma vez por todas, com o carnaval das contratações; enterrar definitivamente o clientelismo. Temos uma administração profissional.

Vamos libertar os políticos, para que eles possam pensar nas soluções políticas. Melhoria dos processos políticos, novos sistemas políticos, aprimoramento de nossas instituições, a realização de obras em benefício do povo — isso é o que deve ocupar quem se interessa pela política.

A reforma administrativa depende menos das importantes medidas que estamos hoje adotando, com os decretos que acabo de assinar, do que de uma ampla mudança de mentalidade. Do surgimento de uma nova consciência.

Por isso faço um apelo aos funcionários públicos e a todos os brasileiros.

O funcionário público deve ter consciência de seu relevante papel. O emprego público não deve ser encarado como gancho, ou apenas como fonte de renda. E o Estado não pode ser visto como cabide de empregos.

Mas a mudança de mentalidade não deve ser apenas uma preocupação dos servidores públicos ou dos políticos, mas de todos. Em vez de buscar apadrinhamentos, de esperar por soluções paternalistas, cada cidadão deve conhecer e exercer seus direitos.

Direitos que são também, a partir de hoje, os de competir em igualdade de condições, segundo seus méritos e conhecimentos, para ocupar funções públicas.

Assinei o decreto criando a Escola Nacional de Administração Pública e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública. Elas vêm para valorizar o mérito. Estão a serviço da boa administração e não da politicagem. Os funcionários devem estar, além de motivados, preparados para as funções que exercem. E a ascensão funcional deve estar relacionada com a preparação dos funcionários. Com a criação e valorização de carreiras. Com isso estamos também dignificando o serviço público.

Criaremos uma máquina administrativa profissional, eficiente e estável, que funcione independentemente de mudanças de governo.

As medidas que estamos adotando eliminam desperdícios e reforçam as possibilidades de controle em benefício de uma administração racionalizada. O Cadastro Nacional da Pessoa Civil, a reestruturação do sistema de auditoria de pessoal, o controle das fontes de pagamentos do pessoal, por exemplo, servirão a esses propósitos.

Melhoramos o sistema de controle e fiscalização das empresas estatais.

Assinei também o decreto que cria a Secretaria de Administração Pública, ligada diretamente ao Presidente da República. A importância das questões administrativas faz com que já não seja possível manter o Ministério da Administração como pasta extraordinária. Trata-se de órgão do governo que já tem ampla tradição no Brasil, de mais de cinquenta anos, originando o DASP, agora extinto, e que conquistou enorme projeção na Nova República.

As medidas que hoje adotamos são apenas um começo. Criamos o Grupo Executivo da Reforma da Administração Pública, que executará a Reforma Administrativa. Que está encarregado de levar bem mais longe o caminho iniciado, através de propostas específicas de soluções.

Este grupo executivo, o GERAP, estudará também com a devida atenção cada caso de fusão, extinção ou incorporação de empresas estatais, autarquias ou órgãos que sejam necessários à racionalização das atividades do Estado.

Estamos hoje iniciando um processo. Uma reforma como esta, não se faz da noite para o dia. Demos um passo importante, este é um bom início para a mudança nas práticas e na mentalidade, que ocorrerá a partir de agora.

Que cada um esteja imbuído deste espírito novo! Se cada brasileiro tem o direito de fiscalizar os serviços do Estado e cuidar para que esse novo espírito, essa nova mentalidade, passem a ser a regra na administração pública, os funcionários públicos têm o dever dessa fiscalização; de realizar a mudança.

Só assim nossa administração poderá acompanhar os passos desse Brasil que queremos construir: a grande Nação do século XXI, moderna, democrática, desenvolvida e socialmente justa.